IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade
V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade
V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade

A CONSTRUÇÃO SOCIAL, ECONÔMICA, RACIAL E CULTURAL DA MATERNIDADE NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Eixo Temático 25 - MULHERES E MATERNIDADES

Natália Pimenta Pinna[1]

RESUMO

Este trabalho resulta da pesquisa realizada para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da autora. O artigo busca desvelar a construção social, econômica, racial e cultural da maternidade na sociedade capitalista. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, baseada em revisão bibliográfica, com análise crítica de epistemologias europeias, que envolvessem os nexos entre trabalho doméstico e capitalismo, por exemplo. Utilizando a interseccionalidade como ferramenta analítica, conclui-se que é essencial compreender criticamente a produção social, racial, econômica e política das maternidades, exigindo uma abordagem racializada da divisão sexual do trabalho e dos papéis sociais de gênero.

Palavras-chave: Maternidade, Capitalismo, Trabalho doméstico, Raça, Gênero.

INTRODUÇÃO

O presente artigo parte da pesquisa realizada pela autora para o Trabalho de Conclusão de Curso da graduação em Serviço Social[2]. O conceito de maternidade, na perspectiva eurocêntrica, é visto como uma característica natural e inata das mulheres; seria a realização do destino fisiológico da mulher, com o corpo voltado para a perpetuação da espécie (Beauvoir, 1980b). Segundo Badinter (1985), ao se tornar mãe, a mulher seria naturalmente

---

[1] Assistente social (ESS/UFRJ). Cursando Especialização em Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP/Fiocruz). E-mail: nataliapinna.ufrj@gmail.com.

[2] PINNA, Natália P. *Quem cuida de quem cuida:* o sofrimento psíquico de mulheres-mães-trabalhadoras negras cuidadoras de crianças com deficiência no Estado do Rio de Janeiro. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

capaz de entender e se adaptar à sua nova condição, exigindo dela uma atitude maternal ao longo de toda sua vida.

Esta concepção de maternidade não foi sempre a mesma ao longo dos séculos, e é possível analisar como se desenvolveu de maneira diferenciada para mulheres brancas e negras, especialmente com o surgimento do mercantilismo e das sociedades coloniais. A maternidade branca foi idealizada como sagrada e doméstica, enquanto a maternidade negra foi desumanizada e negligenciada.

Considerando que a maternidade é moldada por relações de poder de diversos grupos sociais, este trabalho busca desvelar sua construção social, econômica, racial e cultural na sociedade capitalista. Para tal, será feita uma análise crítica da família nuclear burguesa, considerada hegemônica na constituição da propriedade privada.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de revisão bibliográfica por meio de livros e periódicos digitais, envolvendo, por exemplo, os nexos entre trabalho doméstico e capitalismo. Foram examinadas criticamente algumas epistemologias europeias, utilizando como ferramenta analítica o conceito de interseccionalidade (Akotirene, 2023), que se mostra essencial para compreender como raça, classe e gênero se articulam na construção das diferentes experiências maternas, demonstrando que a maternidade não é homogênea, mas profundamente atravessada por fatores estruturais que determinam o controle dos corpos femininos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicia-se com a crítica à abordagem eurocêntrica de família e maternidade contrapondo-se à perspectiva de Ariès (1981). Este afirma que, na Idade Média, os laços familiares eram formados por vínculos matrimoniais; na cultura ocidental, a família era definida por consanguinidade ou vínculos legais, com normas de filiação e aliança, que visavam preservar o patrimônio. Engels (2019) aponta que, com a valorização da propriedade privada sobre a comum e o interesse na herança, o casamento passou a ser pautado por razões econômicas. Embora a propriedade ainda fosse fundiária, adotaram a hereditariedade para

manter a concentração de terras. Nesse contexto, predominava a ideia de linhagem em vez de um sentimento familiar ou de infância (Ariès, 1981).

A partir do século XVII, a influência da Igreja Católica sacralizou o casamento e a procriação, conferindo um papel moral à família, moldando novas condutas familiares, e atribuindo a ela um papel espiritual e moral. A partir do século XVIII, obras como *Émile* de Rousseau em 1762 consolidaram a ideologia da família moderna, centrada no amor materno. Segundo Ariès (1981), esse período marcou a reorganização da estrutura familiar em torno da criança e a valorização da vida privada em detrimento da social.

O pensamento liberal burguês promoveu o individualismo e a intimidade familiar na Europa, levando muitas mães a terceirizarem o cuidado dos filhos a amas de leite, inclusive causando escassez dessas trabalhadoras. Badinter (1985) mostra que, até o final do século XVI na França, esse recurso era usado apenas pela aristocracia, e privava duas crianças do leite materno: o filho da ama e o da mãe contratante. Nesse contexto, a condição das amas na Europa era um trabalho remunerado e, diferentemente das sociedades colonizadas, exercido por mulheres pobres e brancas. No século XVIII, as famílias mais ricas continuavam a terceirizar o cuidado dos filhos às amas – que em sua maioria residiam nas casas de seus empregadores –, prática alimentada por sua classe social dominante e pela rejeição do cuidado materno. Essa recusa muitas vezes era justificada com base em preocupações estéticas, como a aparência do corpo após a amamentação.

Entre as mulheres camponesas e operárias, a realidade era outra: os filhos representavam um desafio para mães que precisavam trabalhar. Muitas os enviavam às amas ou orfanatos, ou usavam do enfaixamento do bebê, o mantendo imobilizado e permitindo à mãe se ocupar de suas tarefas (Badinter, 1985). Nisso, a recusa do cuidado materno era uma necessidade, pois as atividades exercidas pelas mães eram fundamentais para a renda familiar. Logo, em decorrência da venda compulsória da força de trabalho para a sobrevivência, a atenção materna era um luxo inacessível às mulheres pobres.

Essa interdição da maternagem[3] estava ligada ao controle dos corpos femininos pelo Estado, disciplinando-os para o trabalho. No capitalismo, a maternidade passa a integrar as

[3] Para Pinna (2024), ao politizar o cuidado pela prática da maternagem, considera-se experiências culturais que foram discriminadas e silenciadas, por exemplo, a cultura e a filosofia africana. Logo, a maternagem, ao contrário da maternidade, vai além da condição biológica de ser mãe e se refere ao conjunto de ações e comportamentos que envolvem o cuidado e o acolhimento ao filho por parte da mãe.

relações de produção. Para as mulheres negras, o escravismo expropriou a maternagem como vínculo afetivo e saber ancestral, transformando-a em instrumento da mercantilização da vida.

Ao período de acumulação primitiva do capital, a separação entre esfera familiar e pública foi fundamental para a consolidação do capitalismo e da dominação patriarcal, já que a sociedade moderna é formada por unidades familiares construídas sobre a escravização doméstica da mulher (Engels, 2019) – especialmente da mulher negra. Segundo ele, apenas a mulher proletária foi, "franqueada" do trabalho privado da família para a produção social. No entanto, é importante destacar que mulheres negras, escravizadas ou alforriadas, foram aprisionadas ao trabalho do cuidado, mostrando que não só as proletárias participaram no processo de construção da família nuclear burguesa que consolidou a maternidade como uma relação social de produção, mas de forma exploratória.

Para o autor, a libertação feminina exige a reinserção de todas as mulheres na produção pública e o fim da família individual como unidade econômica, mas uma libertação voltada à mulher branca. No caso das mulheres negras, essa "libertação" do trabalho doméstico ocorreu à custa de uma superexploração, evidenciando as limitações da análise do autor em relação à questão racial. Assim, consolidou-se a identidade feminina como essencialmente materna, naturalizando esse papel para as mulheres brancas e relegando-as não brancas ao uso público de seus corpos sob lógica maternalista. O amor materno, então, passou a representar tanto um sentimento quanto um marcador da mulher branca como a legítima mãe. Logo, essa construção foi racializada, já que a maternidade como identidade feminina não se estendia às mulheres não brancas.

A família nuclear reforça o mito do amor materno, pois designa lugares desiguais e racializados para as mulheres no processo reprodutivo, e isso “permite que se vejam todos os papeis femininos como derivados de funções biológicas” (Durham, 1983). Este contesta a ideia de que a maternidade é natural e instintiva, mostrando-a como uma construção histórica, cultural e racial. A partir do fim do século XVIII, a moral cristã consolidou a maternidade como papel sagrado, influenciando o comportamento feminino. Badinter (1985) critica essa “ideologia maternalista”, que impôs o desejo de ser mãe como uma verdade universal.

Segundo Saffioti (2015), o patriarcado é um sistema civil de dominação e exploração das mulheres pelos homens, que se manifesta de forma ainda mais intensa sobre as mulheres negras devido à interseção entre classe e raça. Segundo Oyêwùmí (2021), os feminismos que tratam do patriarcado e da ideia universal de mulher são etnocêntricos, refletindo a hegemonia

ocidental e seus apagamentos culturais. A autora adverte ainda que as teorias de gênero, por serem ocidentais, podem reforçar os próprios problemas que analisam, uma vez que, ao contrário do Ocidente, o poder na sociedade iorubá pré-colonial não era definido por gênero. Com a colonização britânica, contudo, instaurou-se uma hegemonia masculina estatal que excluiu as mulheres e controlou aspectos como casamento e gravidez.

A relação do patriarcado com o capitalismo foi desenvolvida por Pateman (1993) como um contrato sexual, que instituiu uma hierarquia que naturalizou a subordinação das mulheres. Pateman (1993:21) afirma que "as mulheres são o objeto do contrato" e que sua exploração ocorre por meio dos contratos de casamento e trabalho. Henriques (2021) amplia, apontando que esse contrato também é racial: mulheres ameríndias e negras foram duplamente expropriadas – de seus corpos e territórios. Para ela, mulheres negras são cativas do Estado, sustentando sozinhas suas famílias.

Os contratos de trabalho legitimam a exploração capitalista (Pateman, 1993), enquanto os matrimoniais institucionalizam a escravização doméstica – como já destacou Engels (2019). Henriques (2021) conclui que a genitália masculina branca foi alçada a símbolo de poder, e os úteros femininos a instrumentos de produção. Federici (2017) afirma que foi na nova família burguesa que o homem se tornou um representante do Estado, encarregado de disciplinar e supervisionar as "classes subordinadas" (p.193). Essa atribuição do homem fez com que a estrutura familiar parecesse com um microestado, e, assim, fez com que a mulher perdesse seu poder, sendo excluída dos negócios familiares e confinada a supervisionar os cuidados domésticos.

A ideologia da natureza inata da mulher para ser mãe foi impulsionada atrelada ao discurso da necessidade do trabalho doméstico como um trabalho não pago para a sociedade, que foi compulsoriamente instaurado de forma manipuladora e tendenciosa aos interesses do Estado. Porém, a narrativa que foi designada para as mulheres das classes dominantes burguesas na Europa, fez com que algumas se sentissem essenciais para a sociedade, pois somente elas teriam uma tarefa necessária que o homem não "poderia" exercer.

Entretanto, Beauvoir (1970) analisa que elas ainda se encontram em situação de vassalas – define a mulher como o "Outro", oposta ao homem, considerado o Sujeito e o Absoluto. Federici (2017) argumenta que, na Europa Ocidental, os corpos femininos foram apropriados pelo Estado como instrumentos de reprodução, tratados como máquinas de gerar força de trabalho. Para mulheres não brancas e proletárias, essa condição foi agravada por

desigualdades raciais e sociais. Kilomba (2019) define a mulher negra como o "Outro do Outro", ou seja, a projeção dos aspectos reprimidos do sujeito branco. A branquitude se constroi em oposição à negritude, baseada na exploração da/o "Outra/o".

As mulheres pobres foram privadas do controle do corpo e do salário, criando a base material de sua subordinação. Federici (2017) chama isso de "patriarcado do salário" e afirma que, na transição ao capitalismo, as mulheres foram o grupo mais próximo da escravidão. Isso se correlaciona com o que Carneiro (2011) adota com o termo "matriarcado da miséria" para descrever como o racismo e o sexismo afetam a vida das mulheres negras no Brasil, resultando em danos emocionais, menor expectativa de vida, menos casamentos e empregos precarizados. O conceito mostra que a história das mulheres negras no Brasil foi marcada por exclusão, discriminação e marginalização, mas elas demonstraram resiliência e liderança em suas comunidades.

Portanto, a transição para o capitalismo na Europa reconfigurou as relações sociais, criando uma nova divisão do trabalho, com os homens assumindo o trabalho assalariado e as mulheres brancas o trabalho reprodutivo não remunerado. Nas sociedades colonizadas, as mulheres negras sempre foram exploradas, seja no escravismo ou na sociedade salarial, questionando a separação entre as esferas pública e privada.

Saffioti (2021) afirma que a economia doméstica sustenta o patriarcado, e a função de "dona de casa integral" das mulheres da elite é distinta das mulheres proletárias; nas famílias ricas, o trabalho doméstico é delegado e realizado por empregadas contratadas, mantendo a subordinação feminina. Krúpskaia (2017) critica ainda a ideia de que o trabalho doméstico é naturalmente predestinado à mulher enquanto uma falácia, semelhante a discursos escravocratas realizados pelos senhores.

No século XIX, a função de "dona de casa integral" se popularizou entre a classe trabalhadora, primeiro na Inglaterra, chegando até os Estados Unidos da América mais tarde, mas o peso do trabalho doméstico continuou com as mulheres negras, mesmo após a abolição do comércio de escravos. Isso revela uma "igualdade" irônica, onde as mulheres brancas se "liberaram" do trabalho doméstico, mas as negras permaneceram exploradas (Federici, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto colonial escravista das Américas – principalmente na América Latina – intensifica o patriarcalismo pelo processo de expropriação contínua das mulheres indígenas e negras, seja por sua força de trabalho ou seus úteros. A negação da maternidade das mulheres não-brancas se deu mesmo depois da transição do trabalho escravizado para o "livre" em face de um modelo familiar eurocêntrico e racializado.

Ao discursar como se deu a construção social, econômica, racial e cultural da maternidade na sociedade capitalista, compreende-se que houve e ainda há uma tentativa de destruição e apagamento da maternidade da mulher negra. Logo, pensando em criações de possíveis resistências inventivas, é preciso compreender criticamente a produção social, racial, econômica e política das maternidades, por meio de uma abordagem racializada pelo fomento de epistemologias feministas interseccionais e decoloniais. Dessa forma, é possível criar, na prática, potentes práticas de maternidade/maternagem mais equitativas e com menos violências de gênero.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade** / Carla Akotirene. – São Paulo: Sueli Carneiro ; Editora Jandaíra, 2023.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família.** Libros técnicos e científicos editores, 1981.

BADINTER, E. **Um Amor conquistado:** o mito do amor materno. Elisabeth Badinter; tradução de Waltensir Dutra. — Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo Sexo:** A experiência vivida. Vol. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1980b.

_____. **O segundo Sexo:** Fatos e Mitos. Simone de Beauvoir; tradução de Sérgio Milliet. Vol. 1. 4.ed. — São Paulo: Difusão Europeia do Livro. 1970.

BUTLER, J. Regulações de Gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 42, p. 249-274, jan./jun. 2014. Disponível em: Disponível em: https://abrir.link/WOPwZ. Acesso em: 22 jun. 2024.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

DURHAM, E. Família e Reprodução Humana. In: Franchetto et alli, **Perspectivas Antropológicas da Mulher**, Número 3. Rio de Janeiro: Zahar, 1983:13-44.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do estado** [recurso eletrônico]: em conexão com as pesquisas de Lewis H. Morgan / Friedrich Engels ; tradução Nélio Schneider. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2019.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

HENRIQUES, C. **Racismo colonial:** trabalho e formação profissional. 1. ed. - Rio de Janeiro: Mórula, 2021.

KILOMBA, G. **Memórias da Plantação:** episódios de racismo cotidiano. Tradução Jess Oliveira. - 1ª ed. - Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

KRÚPSKAIA, N. Deve-se ensinar “coisas de mulher” aos meninos?, em: **A revolução das mulheres:** emancipação feminina na Rússia Soviética / organização Graziela Schneider; [tradução Cecília Rosas ... [et al.]]. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2017.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ́. **A invenção das mulheres:** construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Trad. Wanderson Flor do Nascimento. - 1. ed - Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2021.

PATEMAN, C. **O contrato sexual.** Tradução Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1993.

SAFFIOTI, H. **Gênero patriarcado violência**. 2.ed. - São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.